

OS LIVROS DIDÁTICOS COMO *PRODUTOS* PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

JÚLIA SILVEIRA MATOS*

Resumo: Entre 2010 e 2012, vivenciamos mais uma campanha do PNLD, ensino fundamental e médio, ou seja, período em que os professores de todo o Brasil escolhem os títulos dos livros didáticos que serão recebidos por sua escola e por consequência utilizados nas salas de aula. Ao analisarmos o principal documento que delineia o processo de escolha dos livros didáticos por parte dos professores observamos certo direcionamento para alguns títulos melhor qualificados dentro das análises apresentadas pelo guia, conforme discorremos no presente trabalho. Sendo assim, antes de ser um fundamental recurso didático, o livro didático de História é um produto comercial, inserido em políticas públicas de educação nacional e por isso precisa ser estudado como tal, o que nos propomos a realizar no presente texto.

Palavras-chave: Livros didáticos - Ensino de História - PNLD

Abstract: Between 2010 and 2012, the campaign live PNLD, elementary and secondary education, ie, a period in which teachers from all over Brazil come on the platform of the MEC to choose the titles of the textbooks that will be received by your school and therefore used in classrooms. By analyzing the main document that outlines the process for selecting textbooks for teachers noticed right direction for some better qualified securities within the analyzes presented by the guide, as we discuss. Thus, before a key teaching resource, the history textbook is a commercial product, inserted in national education policies and therefore must be studied as such, we propose to make in this text.

Key-words: Textbooks - Teaching History - PNLD

Introdução

Algo inegável nos dias atuais é a interdependência entre as disciplinas escolares, a prática do professor e os livros didáticos. Isso porque, por mais que os docentes invistam em materiais

* Professora de História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, doutora em História pela PUCRS.

didáticos alternativos para construção de sua prática na sala de aula, os livros didáticos ainda são um guia para a mesma, assim como para a seleção de conteúdos. Entretanto, conforme discorreu Circe Bittencourt, “existem professores que abominam os livros escolares, culpando-os pelo estado precário da educação escolar”(BITTENCOURT, 2010: 71). Dessa forma, ao mesmo tempo em que o livro didático assume um papel central na prática de sala de aula, em outros momentos vemos ações de repúdio a sua utilização. No entanto, aqui não nos é central analisarmos o papel dos livros didáticos na prática cotidiana do ensino de História, mas as políticas de seleção e distribuição dos mesmos para as escolas. Assim, podemos nos questionar: esses docentes que culpabilizam os livros didáticos pelas deficiências do sistema educativo brasileiro, rompem com as sequências de conteúdos clássicas do ensino de História, canonizadas pelos livros didáticos, em seus planejamentos ou seguem reproduzindo a velha organização quadripartidária da História nos planos de conteúdos de suas escolas? Essa problemática se coloca como eixo de análise do trabalho que aqui apresentaremos.

Para realizarmos a presente análise partimos do princípio, conforme afirmou Heloisa Dupas Penteado, que os livros didáticos são “... o material disponível, e de uso generalizado em nossas escolas, muitas vezes até por ser o único material impresso de que o aluno e até mesmo a escola e o professor dispõem”(PENTEADO, 2010: 234). Em concordância, afirma Circe Bittencourt, que os livros didáticos são “os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos”(BITTENCOURT, 2011: 299). Essa posição de “principal recurso” ou até mesmo único, adquirido pelo livro didático, conforme apresentado por Penteado e Bittencourt, alerta para duas questões: a primeira é que o livro é inegavelmente um recurso fundamental para docentes desprovidos de outros meios, como internet e até bibliotecas estruturadas.

De acordo com Ana Maria Monteiro os livros didáticos são utilizados pelos docentes “... como fonte de orientação para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio ao planejamento

e sugestões para avaliações, como material de estudo e atualização (MONTEIRO, 2009: 175). Conforme afirmaram as autoras, o livro didático é um recurso lúdico através das imagens que apresenta, de texto pelos conteúdos e as formas como são distribuídos e principalmente de planejamento, pois sem o apoio de outros materiais, os professores se fundamentam na distribuição dos conteúdos no livro didático para pensar seu plano de conteúdos na Escola. Sendo assim, em concordância com Circe Bittencourt, o livro didático “... continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, (...), consideram-no referencial básico para o estudo(...)” (BITTENCOURT, 2010:71). Conforme a autora, o livro didático não é visto como referência para o ensino apenas pelos professores, mas também pela sociedade, ou seja, pelos pais e pelos próprios estudantes. Dessa forma, o livro adquiriu com o passar dos tempos um *status* dentro da escola e do sistema educacional, que o coloca em destaque na prática dos professores.

A segunda questão se centra na percepção de que quando o livro didático se torna o único ou o principal recurso, seja didático, ou de apoio pedagógico do professor, sua estrutura ideológica se torna hegemônica dentro da sala de aula na qual é utilizado. Isso porque o livro didático como produto cultural transmite os posicionamentos de seus autores. Para Circe Bittencourt, os livros didáticos são produtos de difícil definição, “... por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo” (BITTENCOURT, 2011: 301). A imbricação de diversos sujeitos do processo de produção dos livros didáticos, como apontou Bittencourt, demonstram o quanto são materiais imersos em uma face ideológica que transcende a visão do autor, mas adentra os meandros das expectativas de mercado. Sobre a face ideológica do livro didático, discorreu Ana Maria Monteiro “... os autores de livros, ao produzirem suas obras, expressam leituras, posicionamentos políticos, ideológicos, pedagógicos, ‘selecionam e produzem saberes, habilidades, valores, visões de mundo, símbolos, significados, portanto culturas, de forma a organizá-los e torna-los possíveis de serem

ensinados””(MONTEIRO, 2009: 176). Tal análise alerta para o fato que o livro didático enquanto produto de uma sociedade do consumo deve ser estudado enquanto meio de veiculação ideológica, seja ela oficial ou pedagógica.

A partir dessa percepção, compreendemos que se faz necessário aprofundarmos nossas reflexões sobre o livro didático, especificamente os de História, foco de nosso estudo, enquanto um produto da sociedade de consumo e não como um “inocente” recurso didático simplesmente. Afinal todo e qualquer suporte de escrita carrega em si a idealização se seu produtor e ao mesmo tempo de seu consumidor. Segundo Michel de Certeau,

...ainda que isso seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do **presente**. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizaram em função de problemáticas impostas por uma situação” (CERTEAU, 2000:34).

Os livros didáticos de história, como qualquer suporte de escrita da História se configuram como leituras do passado, as quais, conforme discorreu Certeau, são sempre dirigidas em função de problemas impostos pelo presente do autor e de seus leitores. Essa afirmação do autor nos leva a perceber que o compromisso do livro didático de história com os conteúdos históricos está muito mais atrelado aos interesses e interlocutores do presente do que propriamente com o conhecimento do passado por ele mesmo. Essa característica reforça o entendimento de que precisamos ver o livro didático enquanto um produto de consumo que se apresenta como um recurso didático e assim, buscarmos seu papel enquanto veiculador de ideologias. Isso, porque o livro didático de História exerceu e, ainda na medida do possível, exerce um papel fundamental no ensino de História, pois é subsídio teórico para a construção dos saberes históricos na sala de aula.

Conforme afirmou Selva Guimarães Fonseca, “O livro didático é, de fato, o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar”(FONSECA, 2003: 49). Como veiculador dos conhecimentos históricos o livro

didático de história é responsável nas palavras de Marc Ferro, pela “... a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos (...)”(FERRO, 1983: 11). Essas imagens a que se refere o autor, são os fundamentos da construção das identidades coletivas e, ao mesmo tempo, das alteridades e até possíveis preconceitos e xenofobismos entre as sociedades. Sendo assim, antes de ser um fundamental recurso didático, o livro didático de História é um produto comercial, inserido em políticas públicas de educação nacional e por isso precisa ser estudado como tal, o que nos propomos a realizar no presente texto.

1.1 Uma breve história do livro didático

Na dinâmica brasileira trienal de escolha dos livros didáticos pelos professores da educação básica, estabelece-se uma forte relação entre os professores enquanto o público que seleciona o que chega as salas de aula, os editores que encomendam, produzem e lançam os livros didáticos no mercado editorial e o governo que os inclui na lista de livros a serem escolhidos pelos docentes dentro do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD.

Entretanto, esse lugar de destaque no mercado editorial não foi garantido aos livros didáticos desde suas primeiras aparições, na verdade, tal espaço foi adquirido histórica e paulatinamente. A própria função do livro didático no processo educacional se constituiu a partir de condições histórico-culturais e sua trajetória enquanto produto se entrelaça com a história do nascimento do livro impresso. Claro que não vamos aqui realizar grandes digressões temporais, entretanto, uma breve análise do nascimento dos manuais escolares se faz necessário para compreendermos como os mesmos adquirem dentro do processo de ensino-aprendizagem seu status de produto central. De acordo com Justino Magalhães a história do livro didático pode ser dividida em três perspectivas, a primeira referente ao papel do livro didático na estrutura da escola, a segunda voltada para as influências econômicas, ou seja, seu aspecto de produto comercial, no processo de composição dos manuais didáticos e

por fim sua relação dialética com o campo social. Pois, conforme discorreu o autor,

O manual escolar tem uma materialidade. Espécime e produto autoral, editorial, mercantil, o manual escolar é mercadoria e produto industrializado e comercializado, com características próprias e que cumpre objectivos específicos nos planos científico, social e cultural (MAGALHÃES, 2011:04).

Ainda podemos acrescentar a análise de Magalhães, um quarto aspecto dos estudos sobre os livros didáticos, o político, pois os mesmos são produto e ao mesmo tempo instrumentos de políticas educacionais. No campo dos estudos políticos, no qual nos centramos no presente trabalho, é preciso analisarmos os livros didáticos enquanto documentos históricos marcados por ideologias próprias de cada tempo e tendências de governo o que será discutido em outro momento deste trabalho. Sendo assim, notemos que, conforme discorreu Magalhães, o livro didático é o

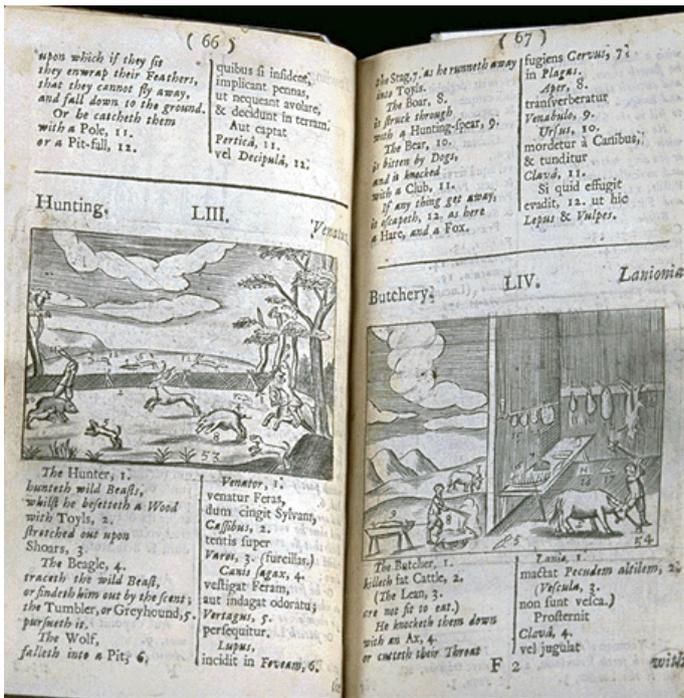
Principal meio de informação, conhecimento e legitimação da cultura escrita e da acção escolar, o manual, não obstante a sua função didáctico-pedagógica, apresenta uma evolução em boa parte análoga à história geral do livro, no que se refere à ordenação e ao significado como veículo do saber e do conhecimento, mas ajusta-se aos circunstancialismos e às prerrogativas das políticas da educação (MAGALHÃES, 2011: 05).

O desenvolvimento da trajetória dos manuais didáticos caminha por estradas diferentes dos livros em geral, se dá como bem enfatizou o autor, devido ao seu papel central enquanto produto e veículo de saber dentro das políticas educacionais, pois ao mesmo tempo em que é recurso didático, também é instrumento de normatização e controle. Apesar de se centrar no aspecto cultural dos manuais didáticos, Magalhães ainda apresenta uma afirmação que vai ao encontro do que abordaremos nesse trabalho, o papel político dos livros didáticos, pois, segundo o autor, “O manual escolar, mais que um meio de aculturação e de alteridade cultural, é factor de afirmação e de dominação cultural”(MAGALHÃES, 2011: 11). Exatamente por essa última característica, os livros didáticos, ou como alguns teóricos chamam manuais escolares, desde suas primeiras aparições na Idade Moderna, estiveram inseridos em projetos

políticos educacionais.

Durante o Renascimento, o livro didático produzido dentro dos mosteiros ou por reformadores, era um fundamental instrumento educacional nas disputas entre a luta pela manutenção ideológica da Igreja Católica e a formação de uma cultura e mentalidades protestantes. Entre os manuais da época podemos citar, conforme referido por Catiane Colaço de Bairro (2011), o manual chamado “o ABC de Hus”, escrito pelo reformador John Huss, posteriormente condenado à fogueira como herege; a cartilha intitulada “Bokeschen vor leven ond kind”, publicada em 1525 na cidade de Wittenberg, a obra “O mundo sensível em gravuras” de Comenius, escrita sob influência do pensamento hussita e publicada em 1658. Na figura número 1, podemos ver duas páginas da obra de Comenius:

Figura número 1:



Fonte: Disponível em: <http://unidadescurriculares.wordpress.com/comunicacao-educacional/> acesso em 09/04/2012, as 00:26.

A obra de Comenius contribuiu para a compreensão das relações entre as imagens e os processos de ensino-aprendizagem na alfabetização e por isso ainda é estudada no campo da linguística e da educação. Outra obra que podemos citar é “Condutas das escolas cristãs” publicado em 1702 por João Batista de La Salles. Entretanto, esse livro e os demais citados tinham em comum o objetivo de uma educação cristã. Enquanto que após a Revolução Francesa, a publicação do manual “Ensino Mútuo”, de autoria de José Hamel, voltado para a veiculação de um método de alfabetização, demonstra a mudança na trajetória e função do livro didático. O método veiculado por esse último manual chegou a ser utilizado no Brasil durante o império.

Entretanto, no século XVIII, a Igreja Católica ainda possuía grande influência na produção dos manuais didáticos. Segundo Magalhães, “em Portugal, as Cartilhas, como os Manuais e Compêndios Escolares (estes últimos já no decurso do século XVIII), foram produzidos no interior de corporações ou de estruturas notáveis, como a Corte, a Universidade de Coimbra, as Dioceses, as Ordens Religiosas e Monacais, os Mestres Régios” (MAGALHÃES, 2011: 11). As ordens religiosas tiveram um papel central na produção de manuais didáticos voltados para o ensino cristão. Tanto em Portugal como na França os livros didáticos tornaram-se pouco a pouco fundamentais no espaço escolar enquanto recursos no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Magalhães,

Neste processo, o manual escolar tornou-se o meio pedagógico central. Na fase final do Antigo Regime, sob o primado das luzes, escola e manual escolar sobrepõem-se, uma situação que se altera no decurso do século XIX, à medida que o sistema escolar se estrutura e que a função da leitura se autonomiza e reforça face aos métodos catequísticos tradicionais. Por um vasto período, o manual escolar cumpriu uma função enciclopédica, contendo todas as matérias que não apenas constituem a educação básica mas cuja utilidade e pregnância se prolongam pela vida, podendo ser consultado a cada momento (MAGALHÃES, 2011: 17).

Portanto, conforme discorreu o autor, aos poucos o livro didático tornou-se independente da função evangelística e de catequese e apresentava uma estrutura enciclopédica, pois

continha todas as matérias escolares. Dessa forma, os livros eram utilizados apenas para consulta, enquanto suporte para o ensino e não como principal recurso didático como é utilizado em muitas escolas nos dias de hoje. Nessa direção, segundo Alain Choppin,

A natureza da literatura escolar é complexa porque ela se situa no cruzamento de três gêneros que participam, cada um em seu próprio meio, do processo educativo: de início, a literatura religiosa de onde se origina a literatura escolar, da qual são exemplos, no Ocidente cristão, os livros escolares laicos “por pergunta e resposta”, que retomam o método e a estrutura familiar aos catecismos; em seguida, a literatura didática, técnica ou profissional que se apossou progressivamente da instituição escolar, em épocas variadas – entre os anos 1760 e 1830, na Europa –, de acordo com o lugar e o tipo de ensino; enfim, a literatura “de lazer”, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar, mas à qual os livros didáticos mais recentes e em vários países incorporaram seu dinamismo e características essenciais (CHOPPIN, 2004:04).

Sendo assim, de acordo com o autor, a primeira fase da produção dos livros didáticos esteve atrelada a literatura religiosa, seguida por uma nova fase de vocação didática, até meados do século XIX, em meio a industrialização do mundo, com uma tendência profissionalizante e por fim assumiu um caráter de vulgarização do conhecimento. Essa última característica manteve por algum tempo os manuais didáticos ainda separados do ambiente escolar, no entanto, paulatinamente esses adentraram as estruturas escolares de forma essencial.

No Brasil, os livros didáticos tiveram dois momentos, o primeiro marcados por trajetórias independentes, eram utilizados de acordo com seus preços, escolhas dos professores ou re-utilizados por estarem nas bibliotecas familiares e somente em no século XX, teve a sua segunda fase marcada por políticas educacionais que investiram na regulação e distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas.

1.2 O livro didático como produto de consumo

Na perspectiva de nossa análise, podemos perceber que o

livro adquire uma face de produto, mercadoria, dentro de um jogo editorial de consumo, por um lado os autores com suas próprias direções teórico-pedagógicas, por outro, as editoras que buscam autores capazes de suprir as expectativas dos professores dentro das tendências pedagógicas em voga, ainda o governo que almeja selecionar um número expressivo de livros que não firmam suas políticas educacionais e por fim os próprios professores que possuem ideias construídas sobre o que esperam de um livro didático.

Ao encontro do que discorremos, Ana Maria Monteiro afirmou: “... os autores, ao produzir livros didáticos, interpretam as orientações oficiais ou seja, as reelaboram segundo suas ideias pedagógicas e, ao mesmo tempo, incorporam expectativas dos professores, buscando atraí-los para o seu consumo” (MONTEIRO, 2009:176). O livro enquanto produto acaba como resultado de pesquisas de mercado como qualquer outro item de consumo diário, inserido nas “leis” do marketing, sua feitura obedece às indicações e orientações das políticas educacionais e das discussões pedagógicas do momento. De acordo com Bittencourt “... em todo o início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade” (BITTENCOURT, 2010:71). Com a ampliação das políticas de Estado voltadas a distribuição gratuita dos livros didáticos para as escolas, como demonstra a autora, as editoras acabaram por criar um mercado editorial próprio para os livros didáticos, que anualmente apresenta novos produtos, com formas e qualidades diferenciadas, tudo para atrair seu público consumidor, que nesse caso são os professores da educação básica.

Nessa direção, ainda conforme afirmou Bittencourt, “o livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização” (BITTENCOURT, 2010: 71). Quanto melhores as técnicas editoriais, como relata a autora, os livros ganham mais cores e recursos editoriais, com vistas a um aumento na qualidade de sua apresentação. Em outro texto, a autora ainda afirma que o livro didático “como produto cultural

fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma *mercadoria* ligada ao mundo editorial e à lógica da industrial cultural do sistema capitalista”(BITTENCOURT, 2011: 301). Na relação entre professores (público consumidor), editoras (produto) e governo (financiador), vemos que o livro se constitui muito mais enquanto uma mercadoria que tomará as formas do que o mercado precisa e espera, como afirmou Bittencourt, do que propriamente uma produção centrada no conhecimento puro e simples.

Portanto, o livro/produto se configura como um bem simbólico que adquire valor no mercado. Esse processo, de acordo com John Thompson, pode ser explicado porque

“... ao produzir um bem simbólico como um livro, uma editora está transformando uma forma simbólica em mercadoria e oferecendo-a para troca no mercado. Dependendo das vendas antecipadas do livro, o editor, geralmente, atribui um certo valor econômico à forma simbólica, uma atribuição que pode, e frequentemente assim acontece, diferir da atribuição de outros, tais como os autores e os agentes”(THOMPSON, 2007:205).

A atribuição de valores aos livros didáticos se dá, conforme discorreu Thompson, no pacto de mercado entre editor e sua clientela, em nosso caso que estamos examinando especificamente os critérios de seleção dos livros didáticos de história distribuídos dentro do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, podemos afirmar que se dá entre editores e governo. Isso porque os livros são apresentados às escolas como parte de uma lista preparada pelo Ministério de Educação e sua Secretaria de Educação Básica, na qual os livros são categorizados e por tanto, mesmo sem um valor monetário conferido a eles, os mesmos são valorados em suas descrições. Os livros didáticos no PNLD são apresentados em forma de resenhas, conforme apresentado na introdução do Guia de Livros Didáticos PNLD 2012, para o ensino médio:

O Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 - História foi elaborado com o objetivo de o auxiliar na escolha da coleção que será utilizada nas aulas de História nos próximos três anos. Você encontrará resenhas das obras didáticas aprovadas no processo de avaliação realizado com base nos critérios estabelecidos no “Edital de Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do

Conforme o relato do guia, os livros a serem escolhidos passaram por uma prévia avaliação para compor a listagem de livros ofertados no guia, ou seja, a própria aprovação do livro no edital já o valora perante os demais que não receberão a mesma. Esse sistema ao mesmo tempo em que propõe auxiliar o professor no processo de escolha dos livros didáticos, considerando o enorme mercado editorial da área, também serve para controlar o sistema de circulação de conteúdos nas salas de aula brasileiras. Dentro de um sistema de controle, poderíamos ver nos livros didáticos, segundo Bittencourt, “... seu papel de instrumento de controle do ensino por parte dos diversos agentes do poder”(BITTENCOURT, 2011: 298). Isso porque, a partir do controle dos livros a serem distribuídos, às instituições de poder podem limitar, pelo menos em parte, as informações e conteúdos, em nosso caso, históricos, que chegam até os professores e salas de aula. Assim, em tal sistema, Circe Bittencourt chamou a atenção para o fato de que o “... livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado”(BITTENCOURT, 2010: 73). Exatamente por análises como essa, podemos concordar com o fato de que o processo de escolha dos livros didáticos não é algo rotineiro, mas, uma questão política, a qual, como a própria autora discorreu, é “ ... um ponto estratégico que envolve o comprometimento do professor e da comunidade escolar perante a formação do aluno”(BITTENCOURT, 2011: 298). Portanto, ao compreendermos que os livros didáticos são produtos de uma cultura do consumo, ao mesmo tempo em que estão inseridos em políticas educacionais de Estado, percebemos que, como alertou a autora, o processo de seleção dos mesmos deve ocorrer a partir de um engajamento de toda a comunidade escolar com a qualidade de ensino. Na mesma direção de Bittencourt, afirmou Tania Regina de Luca,

Pode-se perguntar se a produção didática também não conheceu um processo de formação que supõe a articulação do tripé autor-obra-público. De saída, é preciso reconhecer que os espaços de circulação dos livros didáticos são, pelo menos em tese, bem mais específicos que os literários, e que neles o Estado desempenha papel essencial, pois é da sua competência definir os contornos do aparato escolar, sobre o qual tem o poder de legislar, formular propostas pedagógicas, impor conteúdos, programas curriculares e normas para os profissionais que nele atuam. E é justamente a existência de uma política educacional que cria um público cativo (os alunos), que demanda livros específicos (escolares), que devem ser escritos (autores) e produzidos (editores) de acordo com programas e objetivos prescritos e reconhecidos como relevantes (Estado) pelo menos por parte da sociedade”(LUCA, 2009:153).

A influência do Estado na própria seleção dos livros que compõe o guia, na perspectiva de Luca, demonstra como os livros didáticos estão comprometidos com um conjunto de demandas abertas por programas oficiais e, portanto, longe de serem meros instrumentos ou recursos puramente didáticos, mas, documentos repletos de ideologias sejam elas oficiais ou não. Ainda segundo de Luca,

Caberia, portanto, perguntar se não seria possível divisar a formação de uma sistema no qual obras que passam a ser definidas, apreendidas e lidas como didáticas assumem uma função social e, a exemplo da literatura, tecem os fios de uma certa tradição. A diferença, que está longe de ser pequena, ficaria por conta da existência de um novo elemento, o Estado, ator que concebe, regulamenta, controla e mesmo institui o sistema educacional moderno, desde o início criado com a aspiração universalizante de abarcar o conjunto da população. E sem diminuir a relevância dessa ação normatizadora e de seus efeitos, sempre tão destacados, trata-se de tentar dirigir o foco para o papel igualmente central que, no Brasil, o Executivo tem desempenhado ao se imiscuir de forma decisiva na realização do *negócio venda, compra e distribuição de livros didáticos*, aspecto nem sempre ressaltado (LUCA, 2009: 154).

O Estado ao misturar-se no processo de comercialização dos livros didáticos, como evidenciado por de Luca, demonstra a enfática diferença entre a produção literária e a voltada para o mercado educacional. Essa diferença está pautada no conjunto de interesses que envolvem a produção dos livros didáticos, os quais são provenientes de aspirações sistematizadoras do próprio governo, de mercado das editoras e educacionais dos autores. Portanto, segundo Bittencourt o livro didático “como mercadoria (...) sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem

vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais e ilustradores”(BITTENCOURT, 2010:71). As interferências no processo de construção do livro didático são resultado de aspectos que envolvem o próprio contexto no qual o mesmo foi produzido, como as políticas educacionais oficiais, as diretrizes educacionais, as leis editoriais, os preços e orientações mercadológicas e porque não ainda acrescentar? Os anseios dos professores.

Nessa direção, de acordo com Thompson, “os indivíduos envolvidos na produção e recepção de formas simbólicas estão, geralmente, conscientes do fato de que elas podem ser submetidas a processos de valorização, e eles podem empregar estratégias voltadas para o aumento ou a diminuição do valor simbólico ou do econômico”(THOMPSON, 2007: 206). O processo de valorização empregado no Guia do Livro Didático, na perspectiva apontada por Thompson, usa como estratégia as resenhas das coleções, conforme relata:

O resultado desse trabalho está configurado no conjunto de dezenove resenhas que compõem este *Guia*, elaboradas para expor a análise de cada uma das obras aprovadas e apontar suas características, seus aspectos positivos e limitações, a fim de oferecer elementos para que você possa verificar a adequação, ou não, da proposta didático-pedagógica para a sua realidade escolar” (Guiade livros didáticos: PNLD 2012: História, 2011: 07).

As dezenove obras selecionadas para compor o guia tem seus pontos “positivos e limitações” indicadas em suas resenhas, ou seja, não são os docentes no processo de escolha que observam tais características, mas o próprio guia que as apresenta. De acordo com o guia, as resenhas dos livros didáticos foram produzidas a partir de um determinado conjunto de critérios, como apresenta:

As resenhas estão estruturadas nos seguintes itens: Identificação da coleção – nome da obra; código no PNLD 2012; autoria, editora e capa; Visão Geral – expõe a organização curricular e as características que identificam e singularizam a obra; Descrição – fornece uma descrição da organização dos Livros do Aluno, aponta o número de páginas e descreve os conteúdos disponíveis em cada volume; Análise – apresenta a avaliação da obra segundo os critérios relacionados ao Manual do Professor, Metodologia

da História, Metodologia do ensino-aprendizagem, Cidadania; História da África, dos afrodescendentes e dos indígenas; Projeto Gráfico; Em sala de aula – destaca as possibilidades e cuidados no uso da coleção nas aulas de História (Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História, 2011: 07).

Como vemos, no processo de seleção dos livros didáticos aprovados para compor o guia, os critérios são bem definidos, pois somente os livros que apresentarem as características citadas acima serão incluídos no manual. No guia ainda está escrito,

Para subsidiar a leitura das resenhas, foi elaborado um texto sobre a avaliação dos livros didáticos de História, em que se destacam os critérios de avaliação e as etapas que pautaram o trabalho; delinea-se um panorama das coleções aprovadas e, no intuito de contribuir para a identificação do desempenho das coleções em relação aos principais critérios especificados no Edital, apresenta-se um quadro síntese do conjunto das coleções. Ao final do Guia encontra-se anexa a Ficha de Avaliação do PNLD 2012 - Área de História, que poderá ser adaptada para o uso do coletivo de professores da sua escola, caso decidam realizar uma análise própria das coleções (Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História, 2011: 08).

Todas as especificações são entendidas como válidas para auxiliar o professor em seu processo de escolha dos livros didáticos que serão utilizados em sua escola. Dessa forma, vemos, que o livro didático, mesmo sem um valor monetário apresentado aos professores, pois quem custeia o mesmo é o próprio governo, tem um valor simbólico apresentado nas resenhas descritivas do guia, expresso pelos pontos positivos e ou limitações apresentadas, os quais podem influir diretamente na escolha a ser realizada pelos professores no processo de seleção dos livros didáticos. Novamente, o livro como produto/mercadoria, adquire valor de acordo com o número de pontos positivos destacados no guia. Sendo assim, podemos concordar com Ana Maria Monteiro, quando afirma que nos livros didáticos os

Discursos oficiais e não oficiais são hibridizados, entre eles: orientações de diretrizes curriculares oficiais, outras presentes nos exames vestibulares e tradições sedimentadas sobre conteúdos indispensáveis, bem como formas de organização curricular, muitas vezes reproduzidas de modo naturalizado pelos professores no cotidiano de suas aulas (MONTEIRO, 2009: 176).

O hibridismo característico da produção dos livros

didáticos, como demonstrado por Monteiro, aponta para fato que não podem ser compreendidos como meros produtos comerciais, pois essa é apenas uma das suas faces, mas também como produtos que de forma dialética imbricam necessidade, interesses e visão pedagógica. Nessa perspectiva, o livro didático, seja ele de história, foco de nosso estudo, ou não, apresenta três esferas: a primeira é de tradutor dos conhecimentos acadêmicos para uma linguagem própria do saber escolar, ou seja, ele detém e sistematiza os conteúdos a serem ensinados na sala de aula; a segunda esfera reflete seu papel pedagógico, pois apresenta uma série de técnicas e métodos de ensino-aprendizagem como sugestão de aplicação para o professor, apresentando as formas possíveis de como o conteúdo que ele oferece deveria ser ensinado e por fim, conforme afirmou Circe Bittencourt, “... o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”(BITTENCOURT, 2010: 72). A ideologia, assim como o sistema de valores de determinada cultura, como enfatizados por Bittencourt, não são apenas pensados por grupos sociais específicos, mas por matrizes de pensamento próprias de cada tempo e sociedade. Como afirmou Marc Ferro, “... em cada país permanece uma matriz da História, e essa matriz dominante marca a consciência coletiva de cada sociedade”(FERRO, 1983:13). Essa matriz da História própria de cada sociedade, como destacou o autor, é o que contribui para a seleção de conteúdos considerados indispensáveis no ensino de História em detrimento de outros. Isso porque os sujeitos, tanto autores, quanto professores estão inseridos dentro de uma conjuntura de tradições de pensamento que transcendem o momento vivido e remetem a cultura e a consciência coletiva de cada sociedade. Ainda segundo Ferro, são essas tradições de pensamento que “em lugar das eras, manipula os seus respectivos modos de produção, vergando a história inteira ao sabor de periodizações tão firmemente estabelecidas quanto as estatísticas dos regimes que as controlam”(FERRO, 1983: 290).

A dialética que se estabelece entre o que é aceitável no ensino de História, de acordo com a cultura, e o que deve ser

ensinado, demonstra a falta de controle absoluto de quaisquer uns dos envolvidos no processo de produção dos livros didáticos, o que não invalida o fato que tanto autores, quanto editores, público consumidor e governo são partícipes nessa produção. Afinal, como bem argumentou Bittencourt, “é importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor”(BITTENCOURT, 2010:71). Ao mesmo tempo em que organiza a leitura, também é organizado pelo que entendemos como aceitável, ou seja, pelo que é verossimilhante em cada tempo e sociedade.

Entretanto, é interessante percebermos como o guia delega ao livro didático a responsabilidade por um ensino de História para a cidadania e para a construção de um sujeito crítico reflexivo e exclui o papel central do professor nesse processo. Ao docente é apenas delegada a função de escolha do livro didático e para isso o guia foi construído, para que essa seleção seja bem sucedida. É como se fosse possível selecionar um livro capaz de resolver os problemas e deficiências das estruturas de ensino, conforme afirmou Bittencourt, “... um livro didático ideal, uma obra capaz de solucionar todos os problemas do ensino, um substituto do trabalho do professor”(BITTENCOURT, 2011: 300). Nessa dialética estabelecida entre a qualidade de ensino e dos recursos didáticos utilizados pelos docentes, devemos analisar que o livro didático possui seus próprios limites pedagógicos, pois como já discutiremos é um produto imerso em contextos de elaboração de difícil definição e complexo. De acordo com o guia

Os dezoito critérios específicos que devem ser observados nas obras de História relacionam-se com esses pressupostos e objetivos: as obras didáticas devem contribuir não só para a apropriação do conhecimento histórico, abordado como uma construção social e historicamente produzida, mas também para a compreensão dos processos de escrita da História, a fim de possibilitar que os jovens atribuam sentidos ao estudo da História, relacionados tanto com a análise de diferentes sociedades ao longo do tempo quanto com a percepção da historicidade de suas práticas sociais e com a reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea (Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História, 2011: 10).

Dentro os dezoito critérios apontados no guia, o papel de contribuição para a apropriação de um conhecimento

histórico engajado com a reflexão social, assim como com o desenvolvimento das habilidades e competências de análise dos processos históricos e reflexão crítica do presente são apresentados como tarefa do livro didático, como se o mesmo fosse capaz sozinho de possibilitar um ensino de história diferenciado. Como forma de demonstração visual do desempenho dos livros didáticos dentro da análise a partir dos critérios estabelecidos pelo PNLD, o guia apresenta um quadro síntese, conforme segue:

Figura número 2:

Quadro 1 – Avaliação das coleções de História - PNLD 2012

Código	Coleção	Manual Professor	Met. da História	Met. ensino-aprend.	Cidadania	História da África, das afrodescendentes e das indígenas	Projeto editorial
25024COL06	A ESCRITA DA HISTÓRIA						
25188COL06	CAMINHOS DO HOMEM						
25047COL06	CONEXÕES COM A HISTÓRIA						
25061COL06	ESTUDOS DE HISTÓRIA						
25094COL06	HISTÓRIA						
25022COL06	HISTÓRIA - DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO						
25097COL06	HISTÓRIA EM DEBATE						
25098COL06	HISTÓRIA EM FOCO						
25099COL06	HISTÓRIA EM MOVIMENTO						
25100COL06	HISTÓRIA GERAL E BRASIL						
25101COL06	HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL						
25102COL06	HISTÓRIA GLOBAL – BRASIL E GERAL						
25104COL06	HISTÓRIA SEMPRE PRESENTE						
25105COL06	HISTÓRIA TEXTO E CONTEXTO						
25077COL06	HISTÓRIA: CULTURA E SOCIEDADE						
25129COL06	NOVA HISTÓRIA INTEGRADA						
25132COL06	NOVO OLHAR – HISTÓRIA						
25140COL06	POR DENTRO DA HISTÓRIA						
25171COL06	SER PROTAGONISTA						

Legenda (-) (+)

Fonte: Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História, 2011: 23.

Conforme apresentado no quadro síntese do desempenho dos livros didáticos dentro do sistema de análise empregado pelo PNLD, alguns livros apresentam qualidades acima das mínimas exigidas, o que poderia ao nosso entender influenciar no processo de escolha do qual o professor é o agente.

Entre 2010 e 2012, vivemos a campanha do PNLD, ensino fundamental e médio, ou seja, período em que os professores de todo o Brasil entram na plataforma do MEC para escolher os títulos dos livros didáticos que serão recebidos por sua escola e por consequência utilizados nas salas de aula. Ao analisarmos o principal documento que delinea o processo de escolha dos livros didáticos por parte dos professores observamos certo direcionamento para alguns títulos melhor qualificados dentro das análises apresentadas pelo guia, conforme discorremos. Dessa forma, o guia seria um instrumento não apenas de auxílio para os docentes da educação básica, mas também de influência direta em seus critérios de escolha.

Nesse ínterim percebemos que o professor de História em meio ao exposto é colocado em uma posição marginal e o livro assume o centro da discussão. No entanto, se faz necessário que nos momentos finais desse texto, destaquemos que no processo de ensino-aprendizagem o livro didático pode ser um instrumento contributivo, desde que o professor o perceba como um produto da sociedade de consumo e o utilize dentro de seus limites apenas como um recurso e não como um meio pelo qual o ensino-aprendizagem se realiza.

Fontes:

Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História, 2011

Referências Bibliográficas

BAIRRO, Catiane Colaço de. **Livro didático**: um olhar nas entrelinhas da sua história. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../Cj5GgE6L.doc.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CERTEAU, Michel de. Fazer história. In: _____. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Disponível em: http://www.scielo.com.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000300012&script=sci_arttext

FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 11 ed. Campinas/SP: Papyrus editora, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 151-172.

MAGALHÃES, Justino. **O manual escolar no quadro da história cultural**: para a historiografia do manual escolar em Portugal disponível em: <http://hum.unne.edu.ar/investigacion/educa/alfa/UniversidadeLisboa.pdf>

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 151-172.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. 3 ed. São Paulo: CORTEZ, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2 ed, São Paulo: Scipione, 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.